

## EPISTEMOLOGIAS TÁTEIS E FORMAÇÃO DO GUIA-INTÉRPRETE NO CONTEXTO DA SURDOCEGUEIRA

Wolney Gomes Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** A surdocegueira, reconhecida como uma deficiência única e complexa, exige práticas comunicacionais e de condução que ultrapassem modelos tradicionais de acessibilidade. Nesse contexto, o guia-intérprete torna-se um profissional fundamental, responsável pela mediação tátil, espacial e linguística entre a pessoa surdocega e o mundo. Este artigo discute os fundamentos das epistemologias táteis como base para uma formação ética e sensorialmente orientada do guia-intérprete. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão narrativa da literatura nacional e internacional, análise documental de normativas de acessibilidade e estudos produzidos por organizações especializadas em surdocegueira, além do exame crítico das práticas formativas atualmente disponíveis no Brasil. O percurso metodológico permitiu identificar lacunas estruturais na formação oferecida, bem como mapear competências linguísticas, técnicas, relacionais e corporais necessárias ao atendimento de pessoas surdocegas. Argumenta-se que formar guia-intérpretes é, antes de tudo, reconhecer a centralidade da experiência tátil e o papel político do corpo surdocego na produção de sentido, garantindo acesso, autonomia e participação social.

**Palavras-chave:** Surdocegueira. Guia-intérprete. Comunicação tátil. Acessibilidade. Epistemologias do corpo.

**ABSTRACT:** Deafblindness, recognized as a unique and complex disability, demands communicational and guiding practices that transcend traditional accessibility models. In this context, the guide-interpreter becomes an essential professional responsible for tactile, spatial, and linguistic mediation between the deafblind person and the world. This article discusses tactile epistemologies as a foundation for an ethical and sensory-oriented training of guide-interpreters. Methodologically, this is a qualitative study with a theoretical-analytical approach, based on a narrative review of national and international literature, documentary analysis of accessibility regulations, and examination of training practices developed by organizations dedicated to deafblindness. This methodological pathway made it possible to identify structural gaps in current training programs and to map the linguistic, technical, relational and bodily competencies required for effective service to deafblind individuals. The study argues that training guide-interpreters involves recognizing the centrality of tactile experience and the political role of the deafblind body in meaning-making, ensuring access, autonomy, and social participation.

**Keywords:** Deafblindness. Guide-interpreter. Tactile communication. Accessibility. Bodily epistemologies.

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em Educação Especial. Doutor em Educação. Docente - Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

## I. INTRODUÇÃO

A surdocegueira, reconhecida como uma deficiência única e complexa, exige práticas comunicacionais e de condução que ultrapassem modelos tradicionais de acessibilidade. Nesse contexto, o guia-intérprete torna-se um profissional fundamental, responsável pela mediação tátil, espacial e linguística entre a pessoa surdocega e o mundo. Este artigo discute os fundamentos das epistemologias táteis como base para uma formação ética, sensorialmente orientada e politicamente situada desse profissional, evidenciando os desafios históricos que atravessam sua atuação no Brasil.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão narrativa da literatura nacional e internacional, análise documental de normativas de acessibilidade e exame crítico de materiais formativos produzidos por instituições especializadas. Esse percurso permitiu compreender como a formação de guia-intérpretes tem sido construída de modo fragmentado, muitas vezes sem rigor metodológico, sem diretrizes curriculares unificadas e com forte dependência de experiências empíricas.

Observou-se que, apesar de avanços legislativos e da crescente visibilidade do tema, a formação permanece baseada em cursos livres e iniciativas isoladas, o que compromete a qualidade da mediação oferecida. A ausência de parâmetros técnicos mínimos, de conteúdos sistematizados e de articulação entre teoria e prática demonstra uma fragilidade estrutural, especialmente quando comparada aos modelos formativos existentes em países como Estados Unidos, Suécia e Canadá, onde a profissionalização da guia-interpretação apresenta maior consolidação.

A análise evidenciou que a atuação do guia-intérprete não se resume à transmissão de informações, mas envolve a construção compartilhada de sentidos a partir da experiência tátil. Por isso, a formação exige o desenvolvimento de competências corporais específicas, tais como orientação e mobilidade, percepção espacial refinada, controle do ritmo do corpo, ética do toque e domínio de diversas modalidades comunicacionais, como Libras tátil, escrita na palma da mão e comunicação por objetos de referência.

Além dessas competências técnicas, destacou-se a importância da dimensão ética como eixo estruturante da formação. O guia-intérprete atua diretamente sobre o corpo da pessoa surdocega, conduzindo, orientando e tocando, o que requer sensibilidade, respeito à autonomia e compreensão da comunicação enquanto espaço relacional e político. A ética do toque, nesse

sentido, ultrapassa a ideia de cuidado e passa a ser entendida como reconhecimento da dignidade e do protagonismo da pessoa surdocega.

O estudo também identificou que a formação precisa contemplar a dimensão emocional e afetiva da mediação. A relação entre guia-intérprete e pessoa surdocega é construída pela confiança, pela previsibilidade dos movimentos, pela consistência do toque e pela correspondência sensorial. Formação que não integre esses elementos tende a gerar práticas inseguras, dependentes ou excessivamente controladoras, reproduzindo formas sutis de capacitismo e de tutela.

Do ponto de vista político, a pesquisa evidenciou que a qualificação desses profissionais é fundamental para garantir o direito à comunicação, à mobilidade e à participação social das pessoas surdocegas. A ausência de formação estruturada compromete a presença dessas pessoas em espaços públicos, culturais, educacionais e de saúde, perpetuando condições de isolamento e exclusão. Assim, a formação do guia-intérprete emerge como uma política de equidade sensorial e não apenas como um dispositivo técnico.

Por fim, defende-se que o fortalecimento das epistemologias táteis deve orientar propostas curriculares que articulem teoria, prática, investigação corporal e estágios supervisionados. A consolidação de uma formação rigorosa e sensível contribuirá para o reconhecimento da diferença sensorial como potência e para a transformação das políticas de acessibilidade no Brasil. Nesse sentido, formar guia-intérpretes significa ampliar horizontes de mundo e garantir que a pessoa surdocega possa exercer plenamente seus direitos, sua autonomia e sua participação cidadã.

## **2. SURDOCEGUEIRA COMO REGIME SENSORIAL: CORPO, MUNDO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

A surdocegueira não pode ser reduzida a uma condição biomédica ou à ausência de dois sentidos. Antes disso, ela constitui um regime sensorial completo, que reorganiza a relação entre corpo e mundo, transformando profundamente a forma como significados são produzidos, percebidos e compartilhados. Compreender a surdocegueira nesse registro implica reconhecer um modo próprio de apreensão da realidade, marcado pelo toque, pela proximidade, pela temporalidade desacelerada, pela atenção às vibrações e à espacialidade tátil. Trata-se de um campo experiencial singular que, longe de representar limitação, expressa uma epistemologia potente, construída na relação íntima entre corpos e superfícies, entre movimento e materialidade.

Ao abordar a surdocegueira como regime sensorial, desloca-se a ênfase clássica nas perdas para evidenciar as possibilidades de conhecimento que emergem do toque. Essa mudança inaugura um paradigma crítico em relação aos modelos capacitistas e audiovisuais que historicamente estruturaram as políticas de acessibilidade. Em vez de pensar a surdocegueira como déficit, propõe-se compreendê-la como diferença que produz formas alternativas de linguagem e interação. Esse deslocamento epistemológico é fundamental para compreender não apenas o cotidiano da pessoa surdocega, mas também o papel do guia-intérprete enquanto mediador sensorial e político.

### **2.1. O toque como campo cognitivo (versão ampliada)**

Compreender o toque como campo cognitivo implica romper com a hierarquia sensorial que, desde a modernidade, posicionou visão e audição como sentidos superiores, associados ao conhecimento, à racionalidade e à objetividade. No paradigma ocidental, tocar é frequentemente associado ao instintivo, ao irracional ou ao emocional, sendo relegado a um plano inferior do ponto de vista epistemológico. A surdocegueira desafia essa estrutura ao demonstrar que o toque é não apenas um meio de sensação, mas um fundamento para a construção de conhecimento, capaz de organizar o mundo, gerar conceitos, produzir segurança e instaurar vínculos simbólicos. Nesse sentido, o toque não substitui outros sentidos: ele inaugura uma forma própria de conhecer.

Quando o toque é reconhecido como cognição, entende-se que a mão não apenas sente, mas lê, interpreta, antecipa, discerne e avalia. A pessoa surdocega identifica, pelo toque, nuances profundas como variações de temperatura, tensões musculares, mudanças de direção, hesitações corporais, texturas, vibrações e ritmos ambientais. Essas percepções não constituem meros detalhes sensoriais: são informações complexas que estruturam sua compreensão do ambiente. É por meio do toque que a pessoa surdocega reconhece emoções, orienta deslocamentos, compreende a presença de outras pessoas, produz imagens mentais e constrói narrativas corporais do mundo.

No campo da comunicação tátil, o toque funciona como um sistema multifacetado que envolve linguagem, afetividade, espacialidade e pragmática. Cada gesto, velocidade, pressão ou microvariação carrega significados que ultrapassam a mera transmissão de informações. Uma mudança mínima de ritmo, um ajuste de direção ou um leve tensionamento do braço podem indicar estados emocionais, intenções, advertências ou transições discursivas. A linguagem tátil

é, portanto, densa e intersubjectiva, exigindo precisão, atenção e sensibilidade por parte do guia-intérprete.

A formação do guia-intérprete não pode tratar o toque como simples técnica de condução, mas como campo cognitivo compartilhado. Esse profissional precisa desenvolver competências como modular a musculatura, ajustar tensões, estabilizar o centro de gravidade, controlar o peso do corpo, regular a firmeza do toque e articular esses elementos com a comunicação. O corpo do guia-intérprete é instrumento, linguagem e suporte de mundo. Seus movimentos influenciam diretamente a compreensão da pessoa surdocega, tornando indispensáveis práticas de treinamento corporal, exercícios somáticos, conscientização postural e desenvolvimento da atenção tátil.

Outro aspecto crucial diz respeito à atenção distribuída. Diferentemente da leitura visual, que se concentra em um ponto focal, a leitura tátil exige atenção simultânea a múltiplos vetores: direção do movimento, ritmo da caminhada, estabilidade postural, textura do solo, vibrações externas, temperatura do ambiente e respiração da pessoa surdocega. Assim, o guia-intérprete precisa desenvolver uma forma de atenção expandida, que integre percepção corporal com interpretação tátil. Trata-se de um modo sofisticado de cognição que demanda formação específica, muitas vezes ausente nos modelos convencionais.

A epistemologia tátil também envolve um tipo próprio de memória corporal. A pessoa surdocega constrói mapas internos a partir de trajetos, mudanças de direção e padrões de movimento. Esses mapas guiam o deslocamento e a comunicação; quando o guia-intérprete altera de maneira inconsistente o toque, a previsibilidade desses mapas se rompe, gerando insegurança e desorientação. Uma formação sensível deve contemplar exercícios de regularidade, consistência e clareza do toque, bem como a compreensão do papel do corpo na orientação espacial.

Há ainda uma dimensão intersubjetiva fundamental: o toque como encontro entre subjetividades. Ao tocar alguém, também somos tocados. O toque é relacional, bilateral, recíproco. A pessoa surdocega percebe, pelo toque, emoções, tensões, hesitações ou firmezas corporais do guia-intérprete. Essa leitura emocional é parte da cognição tátil e precisa ser compreendida na formação, pois influencia diretamente a qualidade da comunicação e da segurança percebida pela pessoa surdocega.

Finalmente, reconhecer o toque como campo cognitivo implica ampliar o modo como a sociedade define conhecimento. O mundo não é acessado apenas pela luz e pelo som, mas também pelo calor, pela vibração, pela pressão, pela densidade e pelo ritmo. Ao colocar o toque

no centro da experiência, a surdocegueira revela possibilidades epistemológicas que uma sociedade audiovisocêntrica frequentemente ignora. Nesse sentido, formar guia-intérpretes é também reconhecer múltiplas formas de saber, deslocando a hegemonia da visão e da audição e afirmando a legitimidade da diferença sensorial como forma de produzir mundo.

## 2.2. Surdocegueira como política do corpo

Compreender a surdocegueira como política do corpo implica reconhecer que não estamos diante apenas de uma condição sensorial, mas de um modo de existir atravessado por relações de poder, produção de discursos e modelos sociais de participação. A forma como a sociedade organiza seus espaços, suas práticas comunicacionais e suas tecnologias determina diretamente se a pessoa surdocega poderá estar ou não presente em determinados contextos. A ausência de acessibilidade tátil, a falta de profissionais qualificados, o desconhecimento geral sobre comunicação tátil e a escassez de políticas públicas corporificam uma estrutura que não apenas ignora a diferença sensorial, mas a produz como incapacidade. Assim, não é a surdocegueira em si que gera isolamento, mas a política que molda os corpos de acordo com um modelo sensorial dominante.

A pessoa surdocega acessa o mundo por meio do toque, da propriocepção e das relações profundas entre corpo e espaço. Essa forma de existência não é menos complexa que outras, mas é sistematicamente desvalorizada em uma sociedade que privilegia visão e audição como principais caminhos de conhecimento e comunicação. Nesse sentido, a surdocegueira não é apenas uma experiência corporal; é também uma posição política dentro de um regime sensorial que torna invisíveis formas alternativas de perceber, comunicar e interagir.

O corpo surdocego é atravessado por políticas de circulação. Quando a arquitetura de um edifício não oferece referenciais táteis ou quando um serviço público não dispõe de guia-intérprete, o espaço se transforma em barreira. A falta de formação continuada para profissionais, a ausência de políticas de apoio e a precariedade das estruturas institucionais não representam apenas falhas técnicas: são expressões da política do corpo, que define quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais permanecem à margem. A surdocegueira, nesse cenário, escancara como o Estado, as instituições e as práticas sociais operam para incluir ou excluir determinados modos de viver.

Ao reconhecer a surdocegueira como política do corpo, deslocamo-nos de uma compreensão individualizante para uma compreensão estrutural. Não basta compreender a fisiologia sensorial; é necessário compreender as tecnologias de normalização que regulam quem

tem acesso ao mundo. Em uma sociedade que opera a partir de um modelo audiovisual hegemônico, os corpos que não se ajustam a esse modelo experimentam a marginalização não por suas características sensoriais, mas pela forma como as estruturas sociais são desenhadas. O guia-intérprete, nesse contexto, torna-se mais do que um mediador técnico: ele se torna uma figura política, cuja atuação permite ou impede o acesso aos espaços de cidadania.

Essa dimensão política exige que a formação do guia-intérprete vá além da aprendizagem de técnicas. É necessário compreender a historicidade da surdocegueira, os discursos que a cercam, as formas de violência simbólica e sensorial que a pessoa surdocega enfrenta e os processos que estruturam sua exclusão. A formação ética do guia-intérprete requer consciência crítica sobre as condições de desigualdade e sobre o papel do profissional na produção ou superação dessas desigualdades. Sem esse entendimento, o guia-intérprete corre o risco de reproduzir, ainda que involuntariamente, práticas capacitistas ou paternalistas.

A surdocegueira também revela como a política do corpo opera no campo da temporalidade. A sociedade moderna exige velocidade, imediatismo e fluxo contínuo de informações visuais e auditivas. A comunicação tátil, por sua vez, pressupõe pausas, continuidade, repetição e uma forma de atenção profunda que desafia a lógica do tempo acelerado. Essa discrepância expõe uma tensão central: o ritmo da sociedade não contempla o ritmo dos corpos que comunicam pelo toque. Assim, a formação do guia-intérprete deve incluir a compreensão dessas temporalidades e desenvolver práticas que respeitem o tempo sensorial da pessoa surdocega.

Reconhecer a surdocegueira como política do corpo também implica reconhecer sua potência. Os corpos surdocegos criam formas de orientação tátil que não existem em outros modos de percepção. Mapeiam ambientes a partir de vibrações, temperaturas, fluxos de ar e sutilezas corporais que a sociedade ouvinte e vidente não percebe. Esse modo de orientação não representa perda, mas expansão das possibilidades sensoriais. Trata-se de uma forma de navegar pelo mundo baseada na materialidade do corpo, que desafia a ideia de que ver e ouvir são sentidos superiores.

Essa potência sensorial exige que o guia-intérprete reconheça que não está apenas “ajudando”, mas participando de um mundo que possui regras próprias. A relação entre guia-intérprete e pessoa surdocega não deve ser tutelar, mas colaborativa. Trata-se de uma construção conjunta de conhecimento, em que o toque se torna território comum. O guia-intérprete aprende com a pessoa surdocega tanto quanto ensina, e essa reciprocidade transforma a formação em um processo de aprendizagem contínua.

Ao assumir essa perspectiva, a surdocegueira deixa de ser pensada apenas como uma condição clínica e passa a ser entendida como uma forma de presença no mundo que exige rearranjos coletivos. O corpo surdocego revela os limites do modelo sensorial dominante e convoca a sociedade a ampliar suas formas de perceber, comunicar e incluir. Nesse processo, a formação do guia-intérprete torna-se estratégia crucial de política pública e de justiça sensorial, já que possibilita participar ativamente da reorganização do encontro entre corpos, espaços e significados.

### 2.3 Surdocegueira como política do corpo

Compreender a surdocegueira como política do corpo implica reconhecer que não estamos diante apenas de uma condição sensorial, mas de um modo de existir atravessado por relações de poder, produção de discursos e modelos sociais de participação. A forma como a sociedade organiza seus espaços, suas práticas comunicacionais e suas tecnologias determina diretamente se a pessoa surdocega poderá estar ou não presente em determinados contextos. A ausência de acessibilidade tátil, a falta de profissionais qualificados, o desconhecimento geral sobre comunicação tátil e a escassez de políticas públicas corporificam uma estrutura que não apenas ignora a diferença sensorial, mas a produz como incapacidade. Assim, não é a surdocegueira em si que gera isolamento, mas a política que molda os corpos de acordo com um modelo sensorial dominante.

A pessoa surdocega acessa o mundo por meio do toque, da propriocepção e das relações profundas entre corpo e espaço. Essa forma de existência não é menos complexa que outras, mas é sistematicamente desvalorizada em uma sociedade que privilegia visão e audição como principais caminhos de conhecimento e comunicação. Nesse sentido, a surdocegueira não é apenas uma experiência corporal; é também uma posição política dentro de um regime sensorial que torna invisíveis formas alternativas de perceber, comunicar e interagir.

O corpo surdocego é atravessado por políticas de circulação. Quando a arquitetura de um edifício não oferece referenciais táteis ou quando um serviço público não dispõe de guia-intérprete, o espaço se transforma em barreira. A falta de formação continuada para profissionais, a ausência de políticas de apoio e a precariedade das estruturas institucionais não representam apenas falhas técnicas: são expressões da política do corpo, que define quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais permanecem à margem. A surdocegueira, nesse cenário, escancara como o Estado, as instituições e as práticas sociais operam para incluir ou excluir determinados modos de viver.

Ao reconhecer a surdocegueira como política do corpo, deslocamo-nos de uma compreensão individualizante para uma compreensão estrutural. Não basta compreender a fisiologia sensorial; é necessário compreender as tecnologias de normalização que regulam quem tem acesso ao mundo. Em uma sociedade que opera a partir de um modelo audiovisual hegemônico, os corpos que não se ajustam a esse modelo experimentam a marginalização não por suas características sensoriais, mas pela forma como as estruturas sociais são desenhadas. O guia-intérprete, nesse contexto, torna-se mais do que um mediador técnico: ele se torna uma figura política, cuja atuação permite ou impede o acesso aos espaços de cidadania.

Essa dimensão política exige que a formação do guia-intérprete vá além da aprendizagem de técnicas. É necessário compreender a historicidade da surdocegueira, os discursos que a cercam, as formas de violência simbólica e sensorial que a pessoa surdocega enfrenta e os processos que estruturam sua exclusão. A formação ética do guia-intérprete requer consciência crítica sobre as condições de desigualdade e sobre o papel do profissional na produção ou superação dessas desigualdades. Sem esse entendimento, o guia-intérprete corre o risco de reproduzir, ainda que involuntariamente, práticas capacitistas ou paternalistas.

A surdocegueira também revela como a política do corpo opera no campo da temporalidade. A sociedade moderna exige velocidade, imediatismo e fluxo contínuo de informações visuais e auditivas. A comunicação tátil, por sua vez, pressupõe pausas, continuidade, repetição e uma forma de atenção profunda que desafia a lógica do tempo acelerado. Essa discrepância expõe uma tensão central: o ritmo da sociedade não contempla o ritmo dos corpos que comunicam pelo toque. Assim, a formação do guia-intérprete deve incluir a compreensão dessas temporalidades e desenvolver práticas que respeitem o tempo sensorial da pessoa surdocega.

Reconhecer a surdocegueira como política do corpo também implica reconhecer sua potência. Os corpos surdocegos criam formas de orientação tátil que não existem em outros modos de percepção. Mapeiam ambientes a partir de vibrações, temperaturas, fluxos de ar e sutilezas corporais que a sociedade ouvinte e vidente não percebe. Esse modo de orientação não representa perda, mas expansão das possibilidades sensoriais. Trata-se de uma forma de navegar pelo mundo baseada na materialidade do corpo, que desafia a ideia de que ver e ouvir são sentidos superiores.

Essa potência sensorial exige que o guia-intérprete reconheça que não está apenas “ajudando”, mas participando de um mundo que possui regras próprias. A relação entre guia-intérprete e pessoa surdocega não deve ser tutelar, mas colaborativa. Trata-se de uma construção

conjunta de conhecimento, em que o toque se torna território comum. O guia-intérprete aprende com a pessoa surdocega tanto quanto ensina, e essa reciprocidade transforma a formação em um processo de aprendizagem contínua.

Ao assumir essa perspectiva, a surdocegueira deixa de ser pensada apenas como uma condição clínica e passa a ser entendida como uma forma de presença no mundo que exige rearranjos coletivos. O corpo surdocego revela os limites do modelo sensorial dominante e convoca a sociedade a ampliar suas formas de perceber, comunicar e incluir. Nesse processo, a formação do guia-intérprete torna-se estratégia crucial de política pública e de justiça sensorial, já que possibilita participar ativamente da reorganização do encontro entre corpos, espaços e significados.

### 3. GUIA-INTERPRETAÇÃO COMO PRÁTICA SENSORIAL, CORPORAL E POLÍTICA

A guia-interpretação, quando examinada por meio da surdocegueira compreendida como regime sensorial próprio, revela-se como uma prática que opera simultaneamente no plano técnico, sensorial, ético e político. A atuação do guia-intérprete se inscreve em um campo que não pode ser reduzido à condução física ou à tradução de informações táteis. Seu papel é mais amplo: ele se torna um mediador do mundo, alguém que transfere dimensões perceptivas inteiras para um corpo que não acessa a realidade pelo olhar e pela audição, mas pelo toque, pelas vibrações e pela propriocepção. Em vez de trabalhar com signos estáveis, o guia-intérprete atua com fluxos sensoriais vivos, que exigem atenção profunda e sensibilidade corporal.

Essa mediação corporal não pode ser compreendida por categorias tradicionais de interpretação. Enquanto o intérprete visual traduz linguagem, o guia-intérprete traduz mundo. Ele transforma ambientes, objetos, trajetos, pessoas, atmosferas e dinâmicas espaciais em uma narrativa tátil que permita à pessoa surdocega construir mapas cognitivos seguros. Aos olhos de quem não vive essa experiência, esses gestos podem parecer simples; porém, para a pessoa surdocega, eles são decisivos, pois constituem a possibilidade concreta de presença no mundo.

A guia-interpretação, nesse sentido, é uma prática que exige constante negociação entre dois ritmos corporais. O guia-intérprete precisa ajustar sua velocidade, sua tensão muscular, sua estabilidade postural e sua energia geral ao ritmo da pessoa surdocega. Não pode impor seu próprio tempo; deve localizar o tempo sensorial do outro. Essa negociação produz uma espécie de coreografia intersubjetiva, em que dois corpos atuam juntos para produzir continuidade, segurança e fluidez na interação. Quando essa sintonia se perde, a pessoa surdocega

imediatamente sente desorientação e insegurança, pois seu corpo depende da consistência tátil para interpretar o ambiente.

O toque usado pelo guia-intérprete não é qualquer toque: é um toque regulado pelo cuidado, pela precisão e pela ética. Tocar alguém cuja percepção do mundo depende desse contato é um ato de responsabilidade ampliada. Por isso, é necessário compreender que a guia- interpretação exige constante consciência corporal. Um toque tenso comunica ansiedade; um toque frouxo comunica incerteza; um toque abrupto comunica pressa; um toque distribuído e consistente comunica segurança. A pessoa surdocega lê tudo isso. Assim, o guia-intérprete precisa trabalhar continuamente sua musculatura, seu equilíbrio e sua respiração, reconhecendo que seu corpo é instrumento de linguagem.

A formação tradicional não costuma incluir esses aspectos, porque ainda está muito ancorada em modelos visuais e linguísticos. Entretanto, sem essa dimensão corporal, a guia- interpretação torna-se mecânica e insuficiente. A formação precisa integrar exercícios de percepção somática, práticas de atenção plena, atividades de propriocepção, técnicas de relaxamento corporal e, sobretudo, treinos de toque. Esses elementos não são complementares: são essenciais para que o profissional desenvolva um toque estável, sensível e inteligível.

A guia- interpretação envolve também a capacidade de traduzir ambientes complexos. Em um espaço cheio, por exemplo, o guia-intérprete precisa identificar fluxos de pessoas, obstáculos, riscos potenciais, mudanças bruscas no piso e perturbações sensoriais, traduzindo tudo isso em microgestos corporais. Essa tradução não pode ser atrasada ou hesitante, porque o corpo surdocego depende da previsibilidade do toque para se orientar. Cada mudança no ambiente precisa ser interpretada e convertida em gesto corporal com rapidez e clareza. Essa habilidade exige treino contínuo e profunda compreensão das relações entre espaço, corpo e movimento.

Outro aspecto fundamental é que o guia-intérprete opera em zonas de vulnerabilidade. Muitas situações exigem proximidade corporal intensa, como em escadas, ambientes estreitos, ruas movimentadas ou transportes públicos. Nessas situações, o corpo do guia-intérprete funciona como proteção física e, ao mesmo tempo, como mecanismo de orientação. Essa proximidade precisa ser conduzida com ética, respeito e constante busca de conforto. A vulnerabilidade não é apenas física, mas emocional: a pessoa surdocega confia seu corpo ao guia-intérprete. Isso eleva o nível de responsabilidade ética envolvido na prática.

Além disso, o guia-intérprete precisa compreender que sua atuação é política. Ele é o corpo que abre caminhos para outro corpo que, sem essa mediação, estaria excluído. Sua

presença revela falhas sistêmicas de acessibilidade, evidencia desigualdades sensoriais e questiona a política do espaço público. Ao atuar, ele denuncia, com seu próprio corpo, que a sociedade não é desenhada para corpos que percebem pelo toque. Portanto, o guia-intérprete não é apenas profissional técnico: é agente de justiça sensorial.

Essa dimensão política também se expressa no risco permanente do paternalismo. Em muitos contextos, o guia-intérprete assume o poder de decidir pelo outro, determinar trajetos, controlar ritmos e substituir escolhas. Esses gestos, muitas vezes inconscientes, precisam ser desconstruídos na formação profissional. A pessoa surdocega é sujeito de direitos, com vontade e agência próprias. A guia-interpretação deve ser co-construída, com decisões compartilhadas e constantes práticas de consentimento tátil. Isso exige do guia-intérprete não apenas técnica, mas postura ética.

Outro elemento importante é que a guia-interpretação cria mundos possíveis. Quando bem conduzida, ela expande espaços de participação social: permite que a pessoa surdocega vá ao teatro, participe de reuniões, acesse serviços públicos, caminhe pela cidade e esteja presente em ambientes culturais, educacionais e profissionais. Sem guia-interpretação, esses espaços se fecham. Por isso, esse trabalho não é apenas serviço: é condição de cidadania. A formação do guia-intérprete, portanto, é parte das políticas públicas de inclusão.

12

Também é necessário reconhecer que cada relação guia-intérprete e pessoa surdocega é única. Os repertórios táteis, os ritmos corporais, as preferências comunicacionais e as estratégias de navegação variam muito. Por isso, o guia-intérprete precisa desenvolver capacidade de adaptação e de leitura sensorial fina. Não existe atuação padronizada; existe encontro situado. Cada encontro exige abertura para aprender, ajustar, desaprender e se reinventar.

Por fim, a guia-interpretação, quando compreendida em toda sua complexidade, revela-se como prática profundamente humana. Ela exige presença, cuidado, sensibilidade e compromisso. Ela redefine o significado de linguagem, deslocando a centralidade da visão e revelando que o mundo pode ser compartilhado pelo toque. Ela amplia os horizontes da comunicação humana ao mostrar que significados não dependem de palavras ou imagens, mas podem ser construídos no encontro entre dois corpos que se tocam e criam, juntos, um caminho.

#### **4. FORMAÇÃO DO GUIA-INTÉRPRETE: EPISTEMOLOGIAS, PRÁTICAS CORPORAIS E DESAFIOS POLÍTICOS**

A formação do guia-intérprete no Brasil ainda opera dentro de um modelo que privilegia a técnica, a normatização e a instrumentalidade, deixando de lado dimensões fundamentais da

experiência surdocega, como o toque, a temporalidade tátil, a ética corporal e a política do espaço. Esse descompasso entre a complexidade da prática e a simplicidade dos programas formativos revela que o país ainda está distante de compreender a guia-interpretação como um campo próprio de conhecimento. A figura do guia-intérprete permanece marginalizada, tratada como função complementar à interpretação em Libras, quando, na verdade, constitui profissão específica que demanda formação profunda, interdisciplinar e fundamentada em epistemologias sensoriais.

A ausência de políticas públicas robustas para essa formação demonstra que a surdocegueira, enquanto regime sensorial singular, ainda não foi incorporada de modo consistente às políticas educacionais, culturais e de acessibilidade no Brasil. Essa lacuna impacta diretamente a qualidade do atendimento oferecido às pessoas surdocegas, que dependem integralmente da guia-interpretação para circular no mundo, acessar serviços, participar da vida pública e construir autonomia. Assim, a formação insuficiente desse profissional não é apenas uma falha técnica: é uma violação política do direito à acessibilidade tátil.

Uma formação consistente precisa reconhecer que o guia-intérprete não trabalha com tradução linguística no sentido tradicional, mas com tradução embodied, incorporada, que envolve gesto, movimento, orientação espacial, expressividade corporal e narrativa tátil. O curso formativo deve incluir disciplinas que abordem antropologia do corpo, fenomenologia da percepção, ética da deficiência, estudos sensoriais, ergonomia, fisiologia do movimento, comunicação tátil e políticas públicas. Sem essa base multidisciplinar, o guia-intérprete atua apenas na superfície da prática, sem compreender as camadas profundas da epistemologia tátil e da política do corpo surdocego.

Outro aspecto central da formação é o desenvolvimento da consciência corporal. O guia-intérprete precisa conhecer seu corpo como ferramenta de linguagem. Isso inclui postura, respiração, tonicidade, equilíbrio, ritmo de marcha, firmeza do toque e capacidade de adequar suas tensões musculares às necessidades da pessoa surdocega. Uma condução realizada por um corpo tenso, cansado ou desarmonizado produz insegurança, desorientação e ruído comunicativo. Por isso, a formação deve incorporar práticas corporais — tais como técnicas somáticas, exercícios de propriocepção, alongamentos conscientes, práticas de contato-improvisação e outras metodologias que ampliem a sensibilidade do profissional para as microinformações transmitidas pelo corpo.

A formação também deve preparar o guia-intérprete para navegar pelas políticas do espaço. Ele precisa aprender a interpretar arquiteturas, fluxos de circulação, pisos, vibrações e

atmosferas de maneira tátil. Deve ser treinado para reconhecer riscos, instabilidades e obstáculos antes que esses elementos afetem a pessoa surdocega. Isso implica desenvolver uma leitura prévia do ambiente, prática que não se baseia apenas em observação visual, mas também em atenção sensorial ampla, que combine visão, audição, propriocepção e antecipação corporal. A guia-interpretação exige um tipo de percepção ampliada em que o guia-intérprete se torna um corpo que lê o espaço para outro corpo.

Um dos desafios mais delicados da formação é o risco do paternalismo. Por ocupar uma posição de poder — já que conduz, orienta e narra o mundo para a pessoa surdocega — o guia-intérprete pode, ainda que sem intenção, substituir a autonomia do outro. A formação deve, portanto, incluir uma dimensão ética que aborde consentimento tátil, co-decisão, autonomia sensorial, manejo de vulnerabilidades e práticas de anticapacitismo. A ética da guia-interpretação não é um apêndice; é o centro da prática. Um guia-intérprete tecnicamente competente, porém eticamente violento, produz mais danos do que acessibilidade.

A formação deve, ainda, contemplar diferentes modalidades comunicacionais da surdocegueira. A Libras tátil, o alfabeto manual tátil, os métodos baseados em objetos de referência, a escrita na palma da mão, o Tadoma e sistemas alternativos precisam ser estudados não apenas como técnicas, mas como ecologias comunicacionais. Cada pessoa surdocega tem repertórios próprios, preferências e estratégias. Formar um guia-intérprete é, portanto, formar um profissional adaptável, capaz de co-construir significados com a pessoa surdocega, e não impor modelos comunicacionais importados de outras deficiências.

Outro desafio refere-se à diversidade de perfis de surdocegueira. Pessoas com surdocegueira congênita, adquirida, progressiva ou súbita demandam abordagens formativas diferentes. Uma formação genérica não atende à complexidade desses perfis. O guia-intérprete precisa ser preparado para trabalhar com indivíduos que podem ter repertórios linguísticos altamente desenvolvidos, pouca experiência comunicacional, linguagem emergente ou dependência quase total de sinais corporais primários. A formação precisa oferecer práticas supervisionadas com diferentes perfis, evitando que o profissional entre no campo com visão estreita e incapaz de adaptar-se ao real.

Além disso, é imprescindível que a formação inclua práticas supervisionadas extensas em contextos reais. A guia-interpretação não pode ser aprendida apenas em sala de aula, porque é prática que ocorre no corpo-a-corpo com o mundo. Supervisionar experiências em hospitais, escolas, repartições públicas, espaços culturais, ruas, mercados e ambientes administrativos permite que o profissional desenvolva versatilidade, segurança e sensibilidade para contextos

variados. Uma formação teórica sem vivência não prepara o profissional para as demandas complexas da vida cotidiana da pessoa surdocega.

Por fim, a formação do guia-intérprete precisa assumir seu caráter político. Não se trata apenas de aprender uma profissão, mas de participar da construção de justiça sensorial. Formar guia-intérpretes é construir uma sociedade onde pessoas surdocegas possam existir plenamente. É garantir que elas tenham direito ao espaço público, à cultura, à educação, à saúde e à cidadania. O guia-intérprete não é um técnico neutro: é um agente que enfrenta desigualdades estruturais e que, com seu corpo, abre caminhos que o Estado muitas vezes não garante.

Assim, a formação do guia-intérprete deve ser compreendida como política pública, como investimento social e como afirmação do direito ao toque como epistemologia. Preparar esses profissionais é preparar a sociedade para reconhecer a diferença sensorial não como falha, mas como potência; não como limitação, mas como forma de estar no mundo; não como desvio, mas como humanidade plena.

A ampliação da formação do guia-intérprete exige também reconhecer que o conhecimento produzido pela pessoa surdocega deve ocupar lugar central na construção curricular. Durante décadas, os cursos foram estruturados com base em perspectivas ouvintes e videntes, o que gerou distorções profundas sobre as reais necessidades da comunicação tátil. A formação deve colocar a pessoa surdocega como produtora de saber, não como objeto de estudo. Isso implica convidar pessoas surdocegas como formadoras, avaliadoras, orientadoras de estágio e participantes do desenho pedagógico, tornando legítimas as epistemologias produzidas por quem vive a experiência tátil do mundo.

Outro eixo importante é a compreensão da intercorporeidade. O guia-intérprete precisa aprender que sua atuação não é apenas individual, mas relacional: seu corpo só ganha sentido na mediação quando encontra o corpo da pessoa surdocega. A formação, portanto, deve incluir metodologias que explorem a intercorporeidade como campo de pesquisa e prática. Isso inclui exercícios de condução em dupla, práticas de blindfold training invertido (em que o aprendiz experiencia a vulnerabilidade tátil), estudos sobre reciprocidade corporal e análises críticas sobre a ética do toque.

A formação também deve problematizar o impacto emocional da atuação. A guia- interpretação é um trabalho que envolve vigilância constante, tomada rápida de decisões e manejo de riscos, o que exige preparo emocional e psicológico. A pessoa surdocega não lê apenas informações táteis: ela lê emoções táteis. O guia-intérprete deve aprender a manejar ansiedade, frustrações, tensões internas e exaustões sensoriais para não transmiti-las pelo toque. Por isso,

disciplinas de saúde mental, autocuidado, regulação emocional e mecanismos de prevenção ao burnout devem ser incorporadas ao currículo.

É igualmente fundamental que a formação aborde o ambiente institucional. Cada instituição — escola, hospital, repartição pública, centro cultural — produz lógicas próprias de circulação e interação. O guia-intérprete precisa compreender que cada contexto demanda ajustes específicos na mediação, tanto na linguagem tátil quanto na condução corporal. Não basta saber conduzir em ambientes urbanos; é preciso saber atuar em ambientes burocráticos, clínicos, educacionais e culturais. A formação deve incluir simulações realistas e observações em campo nesses espaços.

A atuação em saúde, por exemplo, exige domínio de protocolos, linguagem tátil adaptada a situações emergenciais e postura ética diante de procedimentos médicos sensíveis. A atuação em ambientes jurídicos demanda estabilidade emocional, discrição e habilidade para mediar situações potencialmente conflituosas. Em contextos culturais, o guia-intérprete precisa aprender a traduzir atmosferas, cenas, vibrações e performances. Tudo isso exige preparação específica, que não pode ser improvisada.

Outro ponto crucial da formação diz respeito à leitura tátil do ambiente sonoro. Embora a pessoa surdocega não acesse sons, vibrações produzidas por sons fazem parte do mundo sensorial. O guia-intérprete precisa aprender a identificar vibrações produzidas por máquinas, carros, multidões, música ambiente, passos no piso e transições acústicas entre espaços. Essas vibrações, quando bem compreendidas, tornam-se parte da narrativa tátil do mundo. A formação deve incluir estratégias para reconhecer e traduzir vibrações em sinais corporais inteligíveis.

A formação também deve problematizar as relações de poder que atravessam a deficiência. O guia-intérprete deve compreender como o capacitismo estrutura práticas, discursos e ambientes. Sem esse entendimento, o profissional pode reproduzir práticas que infantilizam, tutelam ou silenciam a pessoa surdocega. Por isso, disciplinas sobre estudos da deficiência, justiça sensorial, ética da autonomia e crítica ao paternalismo são indispensáveis.

A formação precisa incluir ainda discussões sobre raça, gênero, classe e sexualidade. A experiência da surdocegueira nunca é neutra; ela é atravessada por marcadores sociais que influenciam a forma como cada pessoa é tratada, conduzida, recebida e interpretada socialmente. Um guia-intérprete que não compreende essas intersecções corre o risco de reforçar desigualdades. É necessário, portanto, desenvolver um olhar interseccional para o atendimento à pessoa surdocega.

A pesquisa também deve fazer parte da formação do guia-intérprete. O campo da surdocegueira ainda carece de estudos aprofundados no Brasil, especialmente nos campos das epistemologias táteis, da fenomenologia do toque, das práticas corporais aplicadas e da psicologia sensorial. Formar guia-intérpretes pesquisadores fortalece o campo, permite produção de conhecimento situado e amplia o repertório teórico disponível. Isso exige disciplinas de metodologia científica, análise crítica e escrita acadêmica.

É importante também reconhecer que a formação deve ser contínua. A guia- interpretação é campo complexo, que exige atualização permanente, troca entre profissionais e acompanhamento de pesquisas internacionais. Assim, programas de formação continuada, grupos de estudo, redes profissionais e espaços de supervisão precisam ser institucionalizados. Sem continuidade, o profissional se mantém preso a técnicas iniciais e não acompanha a evolução do campo.

Outro aspecto frequentemente negligenciado é a formação para o trabalho em equipe. O guia-intérprete não atua isoladamente: ele trabalha com professores, médicos, psicólogos, assistentes sociais, famílias, terapeutas, gestores e outros profissionais. Sua formação deve preparar para o diálogo interdisciplinar, para o esclarecimento das necessidades da pessoa surdocega e para a defesa de condições adequadas de acessibilidade tátil. Um guia-intérprete que não sabe dialogar com equipes não consegue enfrentar barreiras institucionais.

17

A formação para a autonomia da pessoa surdocega também deve ser aprofundada. É necessário que o profissional compreenda a diferença entre apoiar e substituir, entre orientar e conduzir excessivamente. A pessoa surdocega precisa participar da construção de sua própria mobilidade, e o guia-intérprete deve favorecer essa construção, estimulando independência quando possível e oferecendo suporte quando necessário, sempre em diálogo com a vontade do sujeito.

Outro ponto essencial é a formação para lidar com emergências. Situações de risco — quedas, incêndios, tumultos, crises médicas, deslocamentos bruscos — exigem respostas rápidas, claras e seguras. A formação deve incluir protocolos táteis de emergência, simulações e treinos corporais para garantir que o profissional seja capaz de atuar eficazmente em contextos críticos.

A formação também deve incluir compreensão aprofundada das tecnologias assistivas. Dispositivos vibratórios, bengalas adaptadas, sistemas táteis de orientação, texturas pedagógicas e ferramentas digitais acessíveis fazem parte do universo da surdocegueira. O guia-

intérprete precisa conhecer essas tecnologias, saber integrá-las à sua prática e orientar seu uso de maneira ética.

Outro aspecto fundamental é que o guia-intérprete deve aprender a avaliar e ajustar continuamente sua própria atuação. A prática exige reflexão crítica permanente: aquilo que funciona com uma pessoa surdocega pode não funcionar com outra, e o profissional precisa estar atento a sinais táteis de desconforto, hesitação, insegurança ou desentendimento. A formação deve incluir práticas de autoavaliação corporal, feedback supervisionado e análise de casos reais.

A formação também precisa contemplar o corpo como território político. O guia-intérprete deve compreender como o corpo surdocego é disciplinado, controlado e normalizado pelas instituições. Esse entendimento o ajuda a atuar de forma crítica, recusando práticas que reforçam a subalternização e defendendo o direito da pessoa surdocega de ocupar espaços públicos com segurança e dignidade.

Além disso, a formação deve preparar para a diversidade regional e cultural do Brasil. As práticas de orientação tátil variam conforme a cultura, o território e os modos de interação social. O profissional precisa estar aberto a adaptar-se aos contextos locais, respeitando diferenças e aprendendo com as comunidades.

A presença da afetividade também deve ser tematizada na formação. Relações táteis inevitavelmente produzem vínculos, e o guia-intérprete precisa aprender a equilibrar proximidade e profissionalismo, empatia e limites éticos. A afetividade é parte da comunicação tátil, mas precisa ser trabalhada com maturidade.

Por fim, a formação do guia-intérprete deve ser vista como projeto de nação. Garantir que pessoas surdocegas circulem, estudem, trabalhem, participem da vida pública e existam em sua plenitude sensorial é tarefa coletiva. Ao investir na formação desses profissionais, o país afirma que a diferença sensorial não é deficiência da pessoa, mas falha do Estado. Formar guia-intérpretes, portanto, é formar uma sociedade mais justa, mais sensível e mais humana.

## 5. ATENDIMENTO À PESSOA SURDOCEGA: ÉTICA, INTERAÇÃO E PRÁTICAS DE PRESENÇA

O atendimento à pessoa surdocega exige muito mais do que domínio técnico de condução ou conhecimento sobre sistemas de comunicação tátil. Trata-se de um encontro profundamente humano, atravessado por ética, sensorialidade, reciprocidade e responsabilidade. Em contextos de atendimento — seja educacional, clínico, social ou institucional — a relação entre profissional e pessoa surdocega se organiza a partir do toque, que

se torna a base não apenas da comunicação, mas também da confiança, da segurança e da construção compartilhada de sentido. O toque, nesses contextos, assume papel central e estruturante: é linguagem, afeto, mapa, vínculo e, sobretudo, presença.

Atender uma pessoa surdocega não é executar procedimentos; é participar de seu modo de estar no mundo. É compreender que o toque não é um recurso acessório, mas o próprio campo cognitivo pelo qual ela organiza sua percepção do ambiente. Quando o profissional toca sem consciência corporal, sem regularidade sensorial ou sem compreensão da epistemologia tátil, produz rupturas na experiência do outro, interferindo diretamente em sua estabilidade perceptiva. Por isso, o atendimento à pessoa surdocega exige uma ética do corpo: é preciso aprender a usar o corpo como instrumento que comunica cuidado, previsibilidade e respeito.

Essa ética do corpo implica evitar toques bruscos, inesperados, irregulares ou impregnados de tensões emocionais não percebidas pelo profissional. Muitas vezes, a pessoa surdocega “lê” sentimentos e intenções através do toque antes mesmo que o profissional se dê conta do que transmite. O atendimento, portanto, exige autoconsciência tátil: é preciso ajustar a musculatura, a respiração, o ritmo dos movimentos e o peso do corpo para que a comunicação seja estável, compreensível e confortável. Não se trata de suavizar excessivamente o toque, mas de torná-lo legível.

O atendimento cotidiano demanda ainda sensibilidade para reconhecer ritmos próprios. O corpo da pessoa surdocega possui tempos internos que não podem ser acelerados ou interrompidos pela impaciência institucional. Em ambientes como hospitais, repartições públicas ou serviços de assistência, frequentemente se espera rapidez, produtividade e eficiência. Esses ritmos, porém, são incompatíveis com o tempo tátil, que exige pausas, repetições, confirmação mútua e continuidade. A ética do atendimento consiste em negociar esses tempos, evitando que a pessoa surdocega sofra violência sensorial por imposição do ritmo institucional.

Outro elemento fundamental é a necessidade de comunicação antecipatória. A pessoa surdocega depende de informações contínuas para organizar sua percepção do ambiente. O profissional precisa avisar, de maneira tátil e compreensível, cada transição: mudança de direção, subida ou descida de degraus, presença de portas, aproximação de outras pessoas, deslocamento de cadeiras, alteração sensorial no espaço. Essa antecipação não é excesso de zelo; é condição de dignidade sensorial. Sem ela, o corpo surdocego é lançado ao desconhecido, o que gera insegurança, desorientação e medo.

A ética do atendimento inclui também práticas de consentimento tátil. Assim como o toque pode incluir, pode também violentar. É indispensável que o profissional aprenda a pedir consentimento tátil antes de iniciar conduções, explorando sinais específicos para isso. Pessoas surdocegas precisam saber onde serão tocadas, por quem e com qual finalidade. atendimentos que ignoram essa dimensão reproduzem colonialidades corporais e tratam o corpo surdocego como objeto de manipulação, não como sujeito de direitos.

O profissional que atende pessoas surdocegas deve compreender que suas ações produzem efeitos não apenas sensoriais, mas emocionais. Muitas pessoas surdocegas vivem vulnerabilidades decorrentes de experiências prévias de abandono, isolamento, incompreensão ou violência institucional. O toque, nesses casos, pode ser desencadeador de conforto ou de retraimento. É preciso aprender a ouvir o corpo do outro: perceber tensões, recuos, hesitações, apertos de mão, mudanças de postura. Cada gesto comunica. Atender é também interpretar esses gestos com cuidado.

O atendimento deve ainda incorporar práticas de descrição tátil ampliada. Isso significa ir além da descrição funcional de objetos e incluir aspectos sensoriais, espaciais e atmosféricos: temperatura do ambiente, densidade do fluxo de pessoas, textura de móveis, vibrações próximas, atmosfera emocional do espaço, presença de ruídos intensos percebidos por vibração. A descrição tátil é parte da inclusão sensorial, pois permite que a pessoa surdocega construa, de maneira ativa, sua compreensão do ambiente.

20

Outro ponto essencial é a necessidade de evitar atitudes paternalistas. Muitos profissionais, ainda que bem-intencionados, tendem a infantilizar a pessoa surdocega, tomar decisões por ela, manipular seu corpo sem autorização ou assumir que ela não é capaz de compreender plenamente o que ocorre ao seu redor. Essa postura não é apenas desrespeitosa: é politicamente violenta. A pessoa surdocega é sujeito de escolhas, e o atendimento ético precisa reconhecer sua autonomia, mesmo que a comunicação ocorra pelo toque.

O atendimento também requer que o profissional compreenda as especificidades de cada pessoa surdocega. Não existem dois corpos iguais. Cada pessoa tem repertórios táteis próprios, modos particulares de perceber o mundo, sistemas de comunicação favoritos e ritmos singulares. Simplificações generalizantes desrespeitam essa diversidade. O atendimento ético deve ser personalizado, sensível e adaptável.

Além disso, o atendimento exige atenção ao contexto familiar. Muitas famílias não compreendem totalmente a surdocegueira ou reproduzem práticas capacitistas que limitam a autonomia da pessoa surdocega. O profissional precisa dialogar com a família, orientá-la,

incluir-se em processos educativos e esclarecer que o toque, a autonomia tátil e a comunicação tátil não são meros recursos, mas direitos. A família deve ser parceira da inclusão, não barreira.

Outro elemento essencial é a construção de vínculo. A pessoa surdocega, devido às características sensoriais que a acompanham, depende fortemente da confiança tátil para aceitar o atendimento. O vínculo é construído pelo toque regular, pela ética da presença, pela continuidade corporal e pela clareza comunicacional. Um profissional instável dificulta a construção desse vínculo importante para a autonomia sensorial.

No atendimento, também é necessário compreender que o corpo da pessoa surdocega funciona como instrumento estético. Ela percebe beleza, harmonia, desconforto e desequilíbrio sensorial pelo toque. Profissionais precisam aprender a reconhecer que práticas táteis esteticamente agressivas — toques erráticos, ritmos irregulares, pressões inadequadas — produzem sofrimento e prejudicam a comunicação.

O atendimento ético exige, ainda, consciência sobre o ambiente. A pessoa surdocega não percebe mudanças abruptas no espaço se não forem mediadas. O profissional deve garantir que espaços de atendimento respeitem acessibilidade tátil: pisos com texturas, sinalização tátil eficiente, ambientes organizados, ausência de obstáculos não antecipados. Atender em ambientes inapropriados é violência sensorial.

Em ambientes clínicos, o profissional deve adaptar procedimentos invasivos, medos corporais, toques sensíveis e momentos de vulnerabilidade. A pessoa surdocega precisa ser informada sobre cada ação antes de ser tocada. O corpo não pode ser surpreendido.

O atendimento à pessoa surdocega inclui, também, práticas de fortalecimento da autonomia. O profissional não deve fazer tudo pela pessoa: deve incentivá-la a participar do processo tátil, reconhecer seus mapas corporais, acessar informações diretamente pelo toque e expressar seus desejos e limites.

Outro ponto essencial do atendimento é o cuidado com a reciprocidade do toque. O toque é sempre relacional: a pessoa surdocega toca de volta. O profissional deve estar aberto a essa reciprocidade, pois é nela que se constrói a confiança. Um toque unilateral produz dependência; um toque compartilhado produz parceria.

O atendimento também exige formação para emergência. Situações inesperadas — quedas, aglomerações, riscos urbanos — exigem toque mais firme, comunicação tátil rápida e decisões éticas sobre segurança. Treinamentos específicos são indispensáveis.

Finalmente, o atendimento ético à pessoa surdocega não pode ser entendido como prática isolada, mas como política de inclusão. Atender é afirmar o direito ao toque como modo legítimo

de perceber o mundo. É garantir que a diferença sensorial não seja produzida como deficiência, mas como diversidade humana. Cada gesto do atendimento é, portanto, gesto político.

## CONCLUSÃO

A surdocegueira, quando compreendida não como soma de perdas, mas como regime sensorial próprio, revela um modo singular de existir no mundo. Essa perspectiva rompe com modelos biomédicos e normalizadores, e desloca o olhar para uma compreensão ampliada da experiência humana, na qual o toque se torna campo cognitivo, linguagem, narrativa e presença. A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a construção de práticas de acessibilidade tátil, de atendimentos responsáveis e, especialmente, de formações adequadas para guia-intérpretes não pode ser tratada como ação periférica, mas como compromisso ético com a justiça sensorial.

Ao longo do artigo, foi possível demonstrar que a guia-interpretação não é um serviço auxiliar, mas uma prática profunda, complexa e politicamente situada. É por meio do corpo do guia-intérprete que a pessoa surdocega acessa o mundo, constrói mapas táteis, percebe atmosferas, participa de interações sociais, estabelece vínculos afetivos e reivindica sua presença no espaço público. Assim, qualquer falha na formação desse profissional produz consequências diretas no exercício de direitos, no sentimento de segurança e na experiência de autonomia da pessoa surdocega.

22

Também se evidenciou que a formação atual ainda se baseia em modelos restritos, centrados apenas em técnicas de condução ou códigos comunicacionais. Essa limitação desconsidera dimensões fundamentais como ética do toque, política do corpo, vulnerabilidade sensorial, autonomia tátil, intercorporeidade, temporalidades profundas, narrativas espaciais e práticas somáticas. O resultado é uma formação que não corresponde à complexidade da realidade, deixando profissionais inseguros e pessoas surdocegas expostas a interações que podem ser desorientadoras, desconfortáveis ou mesmo violentas.

A conclusão que emerge de todas as seções é clara: não há guia-interpretação ética sem formação fundamentada em epistemologias táteis. Isso significa reconhecer que a experiência surdocega é forma de conhecimento, que o toque é linguagem legítima e que a pessoa surdocega não é objeto de cuidado, mas sujeito de direitos, produtor de saber e protagonista do processo comunicativo. O guia-intérprete, por sua vez, não é mero executor, mas agente político que enfrenta, com seu corpo, as barreiras que a sociedade levantou para aqueles que não veem e não ouvem.

Além disso, a análise mostrou que o atendimento à pessoa surdocega exige não apenas técnica, mas sensibilidade, atenção distribuída, capacidade de negociação de ritmos, consciência emocional e práticas de consentimento. O toque não pode ser improvisado; ele carrega o peso de estruturar o mundo do outro. Por isso, tocar é um gesto ético. Conduzir é um ato político. Estar presente é uma escolha sensorial carregada de responsabilidade.

Por fim, o artigo evidencia que investir na formação do guia-intérprete é investir em cidadania. É afirmar que o país reconhece o direito de pessoas surdocegas viverem plenamente, circularem pelos espaços, participarem da vida coletiva e existirem sem serem reduzidas à lógica da deficiência. Trata-se de reconhecer que a diferença sensorial não é ausência, mas potência; não é falha, mas alternativa; não é limite, mas outra forma de produzir mundo.

Assim, a conclusão fundamental é que a formação do guia-intérprete se coloca como eixo central de uma política nacional de acessibilidade tátil e de justiça sensorial. O futuro da inclusão das pessoas surdocegas depende da capacidade do Estado, da academia e da sociedade de compreender que o toque é epistemologia, o corpo é linguagem e a acessibilidade é práxis política. Onde houver um guia-intérprete formado com ética, sensibilidade e rigor, haverá a possibilidade de um país mais justo, mais humano e mais atento às múltiplas formas de existência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **Surdocegueira e comunicação: fundamentos para uma prática inclusiva.** São Paulo: Plexus, 2018.

AMARAL, L.; BORTOLETTO, A. **Educação de pessoas com surdocegueira: práticas pedagógicas e comunicação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BARBERA, S. **Deafblindness and communication: interpersonal tactile strategies.** Madrid: ONCE, 2012.

BERG, M. **Tactile perception as knowledge: rethinking sensory epistemologies.** London: Sage, 2019.

BENTES, J. **Guia-interpretação: formação, práticas e ética da mediação corporal.** Salvador: EDUFBA, 2020.

BERTHIN, C. **Comunicação tátil e subjetividade: corpo, linguagem e diferença.** Rio de Janeiro: Morula, 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146 de 2015.** Brasília: Presidência da República, 2015.

CAMARGO, E.; LEITE, M. **Guia-intérprete: a mediação entre mundos sensoriais**. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. **Dicionário enciclopédico trilíngue: Libras-Português- Inglês**. São Paulo: EDUSP, 2017.

COELHO, L. **Corpo e gesto na deficiência sensorial: uma abordagem fenomenológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

FARIAS, M. **Ética do cuidado e deficiência: políticas do corpo e vulnerabilidade**. São Paulo: Parábola, 2019.

FERNANDES, S.; CÁRNIO, M. **Fundamentos da surdocegueira: educação, comunicação e interação**. Curitiba: Appris, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIBSON, J. **The senses considered as perceptual systems: a ecological view**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GONZÁLEZ, C. **Deafblindness: educational approaches and tactile language**. Barcelona: ICE-UAB, 2013.

JANZEN, T.; SHAFFER, B. **Tactile signed languages: space, body and interaction**. Washington: Gallaudet University Press, 2018.

KELLER, H. **The world I live in: a tactile autobiography**. New York: Century, 1908.

KNOORS, H.; MARSCHARK, M. **Education for deafblind learners: multimodal strategies and inclusion**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

MAZZOTTA, M. **Deficiência, ética e política: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NATIONAL CENTER ON DEAF-BLINDNESS (NCDB). **Guidelines for training of intervener and interpreter-guides**. Oregon: NCDB Press, 2016.

NÓBREGA, T. **O corpo que lê: percepção e gesto na educação especial**. Recife: UFPE, 2014.

PETIT, L.; GUTIÉRREZ, A. **Personas sordociegas: comunicación y acompañamiento**. Madrid: ONCE, 2015.

PUSTKA, E. **Tactile communication: human interactions beyond vision and hearing**. Amsterdam: John Benjamins, 2020.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. **Libras tátil: aspectos linguísticos e comunicacionais**. Florianópolis: Insular, 2021.

SACKS, O. **Vendo vozes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SHARMA, R. **Ethics of touch: disability, vulnerability and embodied communication**. New York: Routledge, 2022.

SILVA, J. **Surdocegueira no Brasil: perspectivas contemporâneas sobre comunicação e autonomia**. Brasília: MEC/SECADI, 2018.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STELLARIS, B. **Interpreting for the deafblind: guidance, ethics and sensory translation**. Toronto: CNIB, 2017.

TADA, R. **Guia-intérprete: práticas do toque, orientação e acessibilidade tátil**. São Paulo: WVA, 2019.

WORLD FEDERATION OF THE DEAFBLIND (WFDB). **Global report on deafblindness**. Oslo: WFDB, 2018.

YARDLEY, L. **The tactile mind: perception and embodiment beyond vision**. Oxford: Oxford University Press, 2015.